



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Mundo do trabalho.

**EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA ASSISTENTES SOCIAIS,
TRABALHADORES DO SUAS DO MUNICÍPIO DE MARCO (CE)**

Maria Isabele Duarte de Souza¹

Resumo

O presente trabalho versa sobre o relato de experiência da Educação Permanente, destinada aos Assistentes Sociais, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do município de Marco-CE. Busca perceber a interferência da educação permanente nos processos de trabalho dos atores sociais envolvidos. Parte-se do reconhecimento que o ensino de qualificação no campo do Sistema Único de Assistência Social – SUAS deve priorizar a capacitação dos profissionais, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos demandantes da Política Pública de Assistência Social.

Palavras-chave: Assistência social. Educação permanente. Trabalho.

**PERMANENT EDUCATION FOR SOCIAL WORKERS, WORKERS OF SUAS
THE MUNICIPALITY OF MARCO (CE)**

ABSTRACT

This work is about the experience report of Continuing Education, aimed at social workers, workers of the Social Assistance Single System of the city of Marco-CE. Search realize the interference of continuing education in the work processes of social actors involved. It starts from the recognition that the qualification opportunity in the Unified Field of Social Assistance should prioritize the training of professionals with a view to improving the quality of services provided to applicants of Public Policy for Social Assistance.

Keywords: Social assistance. Continuing education. Job.

INTRODUÇÃO

O tema da educação permanente vem permeando, ao longo dos anos, as discussões educacionais baseadas nos valores ontológicos do homem, vinculando a educação ao processo capitalista monopolista de desenvolvimento, implantado no Brasil a partir da década de 1960.

Neste período a educação permanente constituía algo revolucionário internacionalmente e, conseqüentemente esteve presente nas novas propostas de

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Planejamento e Gestão do Sistema Único de Assistência Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social das Faculdades INTA, Sobral (CE). E-mail: <isabeleduarte@yahoo.com.br>.

mudança para os sistemas educacionais, principalmente em países considerados em fase de desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

No Brasil, buscou-se cada vez mais a formação profissional acelerada, primando por profissionais qualificados às novas funções oferecidas pelo mercado. Essa requisição por formação profissional afetou em particular o ensino superior que através da Lei nº 5.540² (1968) utiliza a expressão educação permanente.

O conceito constituiu-se modismo educacional nas décadas de 1960 e 1970, e a ele se dedicaram vários estudiosos da educação, com diferentes definições e enfoques. Nesse período a Teoria do Capital Humano (Theodore Schultz, 1902-1998) constituiu-se como verdadeira “teoria da educação”, quando se acreditava que o investimento em educação garantiria o aumento do desenvolvimento cognitivo e a competência técnica dos indivíduos.

Acreditava-se que o aumento do nível de escolaridade possibilitaria o aumento da capacidade de produção individual, o que acarretaria na majoração da remuneração dos trabalhadores e sua ascensão social e profissional. Neste aspecto a educação permanente se vincula a visão economicista. Anterior a essa visão, tínhamos a visão pedagógica ainda no século XIX, especialmente na França.

No caso brasileiro, verifica-se um enfoque no aspecto social. Na década de 1980 a educação permanente teve como premissa atender as necessidades sociais, ou seja, buscava-se a qualificação dos profissionais que trabalhavam com demandas da sociedade, através dos atendimentos por vias de políticas públicas, bem como na formação profissional dos trabalhadores nas empresas privadas.

Atualmente o maior destaque para a educação permanente está na área da saúde, que desde a instituição do Sistema Único de Saúde, através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, já previa a formação e educação continuada de seus recursos humanos. Em 2003 foi instituída a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUS, que cria a Política Nacional de Formação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para Educação Permanente em Saúde. Desde então muito se tem estudado, pesquisado e produzido em nível acadêmico e profissional sobre a educação permanente em saúde.

² Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Congresso Nacional.

Na mesma lógica do SUS, em 2005 foi implantado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema que propõe a descentralização político-administrativa da Política Pública de Assistência Social e organiza a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional.

Da mesma forma que no SUS, no SUAS surge a necessidade de qualificação para os trabalhadores da assistência social e em 2006 é deliberada no Conselho Nacional de Assistência Social a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (Resolução CNAS nº 269 de 13/12/2006), que dispõe sobre a gestão do trabalho no Sistema Único de Assistência Social, bem como as diretrizes para a Política Nacional de Capacitação e as responsabilidades dos entes federados nesse campo.

Mais recentemente, em 2011, outros avanços foram conquistados, tivemos a publicação da Lei n.º 12.435, de 06 de julho de 2011, que alterou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993), estabelecendo, dentre outros objetivos, a implantação da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente na Assistência Social. Entretanto, apenas em 2013 foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social, que tem como principal objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente para os seus trabalhadores, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação.

O presente trabalho refere-se à experiência vivenciada no Município de Marco-CE, no que tange a Educação Permanente para os Assistentes Sociais, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, bem como perceber a interferência da educação permanente nos processos de trabalho dos atores sociais envolvidos.

Diante das questões postas atualmente pela implementação do Sistema Único de Assistência Social e mais recentemente pela educação permanente destinada aos seus trabalhadores, desperta-nos a curiosidade científica através da práxis profissional no relato de experiência, bem como através do aprofundamento teórico capaz de levar-nos à construção do objeto desta pesquisa.

Nesse sentido, esse trabalho buscou delimitar a análise teórica a partir das seguintes categorias: política pública, enfocando a política social, em especial a assistência social, trabalho enquanto fundante do ser social e a educação permanente

enquanto estratégia de qualificação para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Tais categorias são dotadas de significados, pois são construções históricas em movimento que atravessam o desenvolvimento do conhecimento e, portanto, permitem penetrar no objeto de pesquisa e na realidade social. Na perspectiva “[...] que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição” (LEFEBVRE, 1991, p.174).

É nessa realidade em movimento, tomada na totalidade das interações complexas que buscar-se-á a compreensão dos determinantes da Educação Permanente para os assistentes sociais, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social no município de Marco-CE, sabendo-se que tal recorte, constitui-se uma particularidade de determinada totalidade, que é apreendida no conjunto das relações, expressando, portanto, suas especificidades, através das manifestações sócio-históricas da realidade da qual faz parte.

Ao se considerar a especificidade da temática o método de análise utilizado será o dialético, pois segundo Gil (1999) fornece as bases para a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, através da unidade dos opostos, ou seja, todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, bem como estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, sociais, culturais, etc.

Destaca-se ainda que o trabalho é de cunho qualitativo, por abranger o entendimento social, que tem como objeto de estudo situações complexas ou bastante particulares, segundo Richardson (2010), “[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Teve ainda aspecto bibliográfico, a partir da escolha das categorias propostas para a pesquisa, tendo em vista que ela fornece subsídios tanto para se definir melhor o problema quanto para elaborar o planejamento do trabalho, o que definitivamente direcionou o olhar da temática em questão diante da amplitude de conhecimento adquirido através dos autores estudados. Também teve base documental, tendo em vista que os documentos pertinentes às normatizações que tratam sobre a educação

permanente foram fundamentais para a compreensão do processo de sua constituição no cerne do Sistema Único de Assistência Social.

O relato de experiência em si foi realizado através do acesso e conhecimento dos ofícios advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MSD), bem como da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS), a partir dos quais eram lançadas as propostas de cursos, delimitação do número de cursistas por município, destinação dos locais de realização dos cursos, posteriormente a execução dos mesmos e a participação e certificação dos cursistas.

Enfim, trata-se de perceber como a Educação Permanente para os Assistentes Sociais, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social no município de Marco (CE), foi realizado e como isso tem afetado os processos de trabalho dos atores sociais envolvidos.

SUAS, EDUCAÇÃO PERMANENTE E TRABALHO

Tem sido um grande desafio a implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, no que concerne a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e atualmente o maior deles está na proposta de qualificar o atendimento prestado aos usuários da Política Pública de Assistência Social, ou seja, a urgente e necessária qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Trata-se do reconhecimento que o ensejo de qualificação no campo do SUAS prioriza a camada dos profissionais executores das ações socioassistenciais, além de incluir coletivos de gestores, conselheiros, entidades e outros atores que interagem com a assistência social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é instituída a seguridade social, com a provisão de garantia dos mínimos sociais atrelados à saúde como política universal, previdência social, por meio de prévia contribuição, e assistência social com vistas a atender a quem dela necessita (parcela da população socialmente excluída e sem acesso aos bens e serviços básicos para sua subsistência).

Destacamos aqui a Política Pública de Assistência Social, que a partir da Constituição Federal de 1988, ganha status de política de Estado, uma política

estratégica no combate à pobreza, na busca da cidadania das classes subalternas, conforme artigo 203 da Constituição Federal de 1988, devendo ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia à seguridade social. A referida política é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

Pensar a Política Pública de Assistência Social na realidade brasileira, supõe contextualizá-la em meio às contradições sociais acarretadas pelo sistema capitalista, onde

O processo de acumulação capitalista produz o trabalhador disponível para o capital, uma população sempre maior do que as reais necessidades da acumulação. O resultado é a produção de uma classe trabalhadora diversificada na sua forma de inserção na produção, mas que tem em comum o fato de sua sobrevivência depender da venda da sua capacidade de trabalho, o que por sua vez depende das demandas do capital. O resultado é a produção da pobreza, originada nos baixos salários dos que se encontram incluídos no mercado de trabalho formal e as mais diferentes situações de inclusão precarizada ou subordinada para a grande parcela que não consegue existir para o capital. Estas contradições estão na base da questão social e do surgimento das políticas sociais. (OLIVEIRA, 2003, p. 1).

É nesse contexto de contradições, que a Assistência Social, vem se consolidando enquanto política pública no país, que pode contribuir para a inclusão social e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil, bem como “[...] ela pode ser uma política social que, orientando-se por padrões de universalidade e justiça e não de fiscalização, devolva a dignidade, a autonomia, a liberdade a todas as pessoas que se encontram em situação de exclusão” (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

Novas processualidades, portanto, imprimem o curso de outro patamar para a gestão, financiamento, práticas e controle social das ações organizadas no âmbito desta política pública a partir de 2004. A centralidade na família, a territorialização, a atenção em diferentes níveis de proteção, o respeito às diversidades regionais, o financiamento, a informação, o monitoramento, a avaliação e a política de recursos humanos são algumas das inovações trazidas pelo novo sistema.

Enfocamos nesse estudo a política de recursos humanos, onde uma de suas premissas está na necessária Educação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, pois torna-se primordial a qualificação dos atores sociais com vistas a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, demantadária da Política Pública de Assistência Social.

Pode se dizer que a Educação Permanente, enquanto conceito, surge na década de 1980, com o intuito principal de viabilizar uma formação continuada aos trabalhadores da política pública de saúde, tendo em vista a melhoria do atendimento, bem como da qualidade dos serviços prestados à população. Nesse aspecto, temos o conhecimento de muitas produções científicas no que se refere à Política Pública de Saúde, executada através do Sistema Único de Saúde (SUS), porém pouco se tem produzido sobre a Educação Permanente no SUAS, acredita-se que por ainda estar em processo de implantação nos municípios brasileiros, tal processo vem desde 2013. Essa questão destaca a importância em estabelecer um estudo com o enfoque sobre a educação permanente na política pública em questão.

A educação permanente pressupõe a educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho, considerando-se que a gestão do conhecimento e a gestão do trabalho são processos indissociáveis. Nesse sentido o conhecimento ganha significado, pois inicia-se um novo ciclo, ou seja, a construção de conhecimento no e por meio do processo de trabalho, visando a modificação nas práticas e necessidades de atuação profissional na reconstrução do conhecimento.

Um novo ciclo se inicia, então: construção de conhecimento no e por meio do processo de trabalho – modificação nas práticas e necessidades da atuação profissional – reconstrução do conhecimento. Por meio desse processo, e caráter permanente, são instituídas estratégias/intervenções educacionais e de gestão. (VICENT, 2007, p. 81).

O mundo contemporâneo, a mundialização do capital, a organização do sistema produtivo através da reestruturação produtiva, com a flexibilização do trabalho, tem exigido da classe trabalhadora maior envolvimento no processo educacional, em que o trabalhador vem sendo definido por sua competência profissional em seu sentido mais abrangente, portanto deverá ter pleno domínio das técnicas, e deve manter-se versátil, articulado, capaz de mobilizar conhecimentos, refletir e tomar decisões.

Na condição de aquisição de novos conhecimentos, temos que a educação é um processo permanente, que

Deve ser entendida como um fator que influenciará no processo de reflexão e transformação das práticas vigentes nos serviços, para que os profissionais possam enfrentar a realidade, através da complementação e/ou aquisição de novos conhecimentos. Todo processo educativo não tem um fim em si mesmo. (FARAH, 2003, p. 5).

O processo educativo estabelecido através da educação permanente deverá contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos e assim, na melhoria no serviço prestado à população, pois supõe-se que a aquisição de novos conhecimentos tornará os profissionais mais capazes de atuar na realidade do seu trabalho.

Para Haddad (1990, p. 136-137) a educação permanente

Busca alternativas e soluções para os problemas reais e concretos do trabalho habitual privilegiando o processo de trabalho, como eixo central da aprendizagem e enfatizando a capacidade humana de criar conhecimento novo, a partir da discussão e análise conjuntas e participativas dos problemas reais, de suas causas e das implicações que as alternativas de solução tem na busca da transformação da prática de saúde, objetivo essencial do ato educativo. (HADDAD, 1990, p. 136-137).

O autor considera ainda, que a educação permanente é centrada no processo de trabalho e tem como propósito melhorar a qualidade de vida humana em todas as dimensões pessoais, auxiliando na formação integral do indivíduo e na transformação do meio para uma futura sociedade.

As novas exigências do mercado atingem a própria subjetividade do trabalhador, compreendendo a subjetividade como um movimento dialético, no qual existe uma interrelação do ser humano consigo mesmo e com o seu ambiente.

Sinalizamos ainda o entendimento sobre o trabalho neste processo, pois faz-se necessária a compreensão desta categoria, enquanto fundante no processo de constituição do ser social.

Na concepção marxista o trabalho é fundante do ser social, tendo em vista que o homem age sobre a natureza no sentido de transformá-la, daí onde se institui a diferença do ser social e os outros seres da natureza. Tem-se que no trabalho o homem “defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo [...], a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana [...]” (MARX, 2011, p. 211), e ainda, ao modificar a natureza o homem modifica sua própria natureza.

Parte-se da compreensão de que “[...] o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 32), no sentido de que, ao final do processo de trabalho, tem-se um resultado concreto, este já existia na concepção do homem, em sua existência

ideal, antes mesmo de tornar-se trabalho objetivado. A esse processo Lukács vai chamar de posição teleológica primária.

Temos ainda o caráter coletivo da atividade do trabalho, onde segundo Netto e Braz (2006) o “[...] trabalho é sempre atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos [...]”, ou seja, o trabalho é fruto da cooperação entre os homens.

O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social, [...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. (NETTO; BRAZ, 2006, p.34).

E nesse sentido foi através do trabalho que a humanidade se constitui em sociedade, pois “[...] é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (NETTO; BRAZ, 2006, p.37). Isso implica, na concepção de Barroco (2006), no desenvolvimento da sociabilidade, e mesmo na (re)criação de necessidades e formas de satisfação, condicionado a transformação do ser social e da natureza, ou seja, do sujeito e de seu objeto.

[...] além de supor a sociabilidade e a universalidade, o trabalho implica um dado conhecimento da natureza e a valoração dos objetos necessários ao seu desenvolvimento: aí é dada a gênese da consciência humana – como capacidade racional e valorativa, por ser capaz de agir racionalmente o homem pode conhecer a realidade, de modo a apreender sua própria existência como produto de sua práxis; a totalidade pode ser reproduzida e compreendida teoricamente. Por ser consciente o homem age teologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfação em novas perguntas; autoconstrói-se como um ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história. (BARROCO, 2001, p. 27-28).

Netto e Braz (2006) afirmam ainda que esse desenvolvimento do ser social, traz em si o processo de humanização dos homens. O avanço desse processo “pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social” (NETTO; BRAZ, 2006, p.40-41).

Ainda na compreensão desses autores, as particularidades do ser social estão nas seguintes capacidades que lhes são peculiares, quais sejam: o ser social é capaz de realizar atividades teleologicamente orientadas, tem a capacidade de objetivar-se material e idealmente, comunicam-se e expressam-se pela linguagem articulada; pensam reflexivamente, consciente e autoconsciente; fazem escolhas concretas, universalizam-se e estabelecem relações sociais entre si.

Ao compreender o aspecto ontológico do trabalho, como posição teleológica primária, cabe ressaltar ainda o trabalho a partir da práxis social, ou seja, a partir da posição teleológica secundária, aqui “[...] a posição teleológica não é mais dada pela relação direta com a natureza, mas atua e interage junto com outros seres sociais, visando a relação de determinadas posições teleológicas” (ANTUNES, 2009, p.139).

Para Antunes (2009), a partir da percepção de Lukács, essas posições teleológicas secundárias “[...] configuram-se como expressões mais desenvolvidas e crescentemente complexificadas da práxis social, guardando por isso maior distanciamento em relação ao trabalho, às posições teleológicas primárias” (ANTUNES, 2009, p.139). E complementa:

[..], nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se interrelações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso. Emerge aqui a práxis social interativa, cujo objetivo é convencer outros seres sociais a realizar determinando ato teleológico. Isso se dá porque o fundamento das posições teleológicas intersubjetivas tem como finalidade a ação entre seres sociais. (ANTUNES, 2009, p.139).

Nesse processo de construção da sociabilidade e de sua práxis social, o trabalho vai tomando novas configurações, quando na colocação de Lukács “se torna suficientemente social, passando a depender da cooperação entre muitas pessoas” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 2009, p.139).

Para Antunes (2009, p.143), é

[...] no novo ser social que emerge, a consciência humana deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui num momento ativo e essencial da vida cotidiana. Sua consciência é um fato ontológico objetivo. E a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho seu *locus* primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua autorrealização individual e coletiva. É uma categoria genuinamente humana, que não se apresenta na natureza.

É a partir dessa perspectiva que buscamos perceber a educação permanente e sua influência nos processos de trabalho dos assistentes sociais, trabalhadores do

SUAS, e como tal procedimento vem sendo sentido pelos atores sociais envolvidos nesse processo.

A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARCO (CE)

Marco, localiza-se na região norte no Estado do Ceará, é um município de Pequeno Porte II, pois possui 24.707 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que se refere à estrutura da Política Pública de Assistência Social esse município possui uma Secretaria Municipal de Assistência Social, onde além de outros serviços, funciona o Cadastro Único, possui ainda dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nesses equipamentos socioassistenciais trabalham oito Assistentes Sociais, sendo quatro nos Centros de Referência de Assistência Social, uma no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, uma no Programa Bolsa Família, uma na Vigilância Socioassistencial e outra atua como Técnica de Gestão do Sistema Único de Assistência Social no município.

Salienta-se que esses profissionais participaram dos Cursos de Educação Permanente ofertadas pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo CAPACITASUAS, Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS no segundo semestre de 2015. Para o Estado do Ceará foram ofertadas 2.250 vagas para gestores, trabalhadores do SUAS que atuam na rede socioassistencial pública ou privada, bem como para conselheiros dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Para o município de Marco foram oferecidas nove vagas distribuídas nos seguintes cursos: 1. Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ação do Plano Brasil sem Miséria, do qual participaram cinco profissionais; 2. Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, onde participaram duas profissionais e 3. Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do BSM com um profissional.

Considera-se de extrema relevância a realização dos cursos mencionados, bem como sua grande importância na formação dos profissionais que atuam na Política

Pública de Assistência Social, porém há que se referir que dos oito profissionais que foram qualificados, apenas um é servidor público, os demais possuem vínculos trabalhistas temporários e precarizados, sendo esta uma realidade da grande maioria dos municípios cearenses.

Nesse sentido cabe-nos refletir sobre a efetividade de tais ações, até que ponto esse grande investimento de recursos financeiros e pessoais está realmente chegando até os usuários da Política Pública de Assistência Social, partindo do pressuposto que em nosso município, dos nove profissionais qualificados, apenas quatro permanecem em seus cargos, pois os demais foram substituídos por profissionais recém-formados e que não são oriundos de outros municípios e portando não participaram do processo de formação mencionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacitação técnica dos trabalhadores do SUAS me parece urgente e necessária, fato perceptível na minha prática profissional, enquanto assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Marco (CE), em que tenho percebido as dificuldades por parte de alguns técnicos de nível superior e médio em suas atividades profissionais cotidianas.

E, também enquanto pesquisadora da área, verifico que há uma lacuna entre as atribuições postas aos trabalhadores e suas efetivas execuções, fato bastante relevante na minha pesquisa de mestrado, que teve como título: A Gestão do Sistema Único de Assistência Social nos municípios de Acaraú (CE) e Marco (CE), quando identifiquei que a fragilidade no atendimento aos usuários da Política Pública de Assistência Social, tem se dado entre outras questões, pela precarização do trabalho dos profissionais ali envolvidos e também nas competências e capacidades específicas de tais atores sociais que devem ter na centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão, no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços, o seu foco de atuação.

Porém anterior a realização dos cursos de qualificação, capacitação através da Educação Permanente, será necessário um investimento mais efetivo na Política Pública de Assistência Social, especialmente no que se refere à Política de Recursos Humanos dos Trabalhadores do SUAS, na realização de concursos públicos com vistas a efetivar

nos postos de trabalho, profissionais qualificados, comprometidos com o seu fazer profissional, que deem direcionamento e continuidade a esta política, que pela precarização dos vínculos trabalhistas, vem se mostrando ineficaz, perpassada por muitos atropelos e descontinuidades, o que certamente fragiliza os serviços prestados à população usuária da Política Pública de Assistência Social.

Diante do exposto, vale ressaltar a importância em ampliar os estudos, direcionando-os para o tema em questão, na perspectiva de compreender, a partir dessa análise, o processo de construção e os determinantes da educação permanente destinada aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Trabalho, ser social e ética. *In*: ÉTICA e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília (DF), 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília (DF), set. 2004.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e Assistência Social Brasileira**: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FARAH, Beatriz Francisco. Educação em Serviço, Educação Continuada, Educação Permanente em Saúde: sinônimos ou diferentes concepções? **Revista APS**, v.6, n.2, p.123-125, jul./dez. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, J. *et al.* Processo de trabajo y educacion permanente de personal de salud: reorientacion y tendencias em America Latina. **Educacion Medica y Salud**, v.24. n.2, p.126-204, abr./jun. 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume 1. 28.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. v. 1. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social)

OLIVEIRA, Iris Maria de. Política Social, Assistência Social e Cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. **Revista Desafios Sociais**, Natal, v. 1, n. 2, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry (colaboradores). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VICENT, Simone Paes. Educação Permanente: componente estratégico para a implementação da política nacional de atenção oncológica. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, 2007.